



RESENHA



GARCÍA MONTEAGUDO, Diego; PALACIOS MENA, Nancy; RODRÍGUEZ, Liliana A.; FUSTER GARCÍA, Carlos (orgs.). **La enseñanza de problemas socio-ambientales para una praxis escolar crítica**. Valencia: Naullibres, 2022. 279 p. Disponível em: https://naullibres.com/wp-content/uploads/2022/12/9788418047886_L33_23.pdf. Acesso em: 27 maio 2025.

Solange Francieli Vieira¹

solange.vieira@ifc.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6254-6709>

Lançado em 2022, o livro corresponde a um compilado de comunicações apresentadas na “*I Jornada internacional de investigación e innovación docente*” realizada na Universidade de Valência em março de 2022. A obra contém dezesseis capítulos separados em duas partes. A primeira, intitulada “A contribuição geográfica para a realização dos direitos dos cidadãos” e a segunda, “A interpretação do currículo e o ensino crítico dos problemas dos cidadãos”.

¹ Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste, (UNICENTRO) e Professora de Geografia do Instituto Federal Catarinense (IFC), Campus Videira/SC.

Os autores do livro são professores universitários, docentes da educação básica e alunos da pós-graduação, que destacam experiências didáticas desenvolvidas desde a educação infantil, ESO (Ensino médio obrigatório na Espanha, também chamado de secundária), graduação e mestrado.

Os capítulos são compostos de discussões com: experiências didáticas com enfoque sustentáveis, práticas pedagógicas com problemáticas sociais e ambientais, formação de professores, organização curricular e inovação didática.

Os oito capítulos iniciais têm em comum abordagens com temáticas relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e com questões geográficas como: espacialidade, paisagem, pensamento holístico, consciência ambiental, pensamento geográfico, soberania alimentar e a relação saúde e meio físico.

As reflexões perpassam também as mudanças na estrutura curricular, por ordem administrativa aos centros escolares da comunidade Valenciana, publicada em maio de 2020 (posta em prática em setembro do mesmo ano), em decorrência das restrições a presencialidade e medidas de distanciamento devido a pandemia da *covid* em 2020. Além disso, esta alteração visou facilitar a transição da educação primária para a (ESO).

Com base nessa mudança o primeiro ano da ESO foi organizado em dois âmbitos: sociolinguístico / linguístico social (reúne as disciplinas de Geografia, História, Língua Castellana e Valenciana) e científico-matemático (com Biologia, geologia e matemática).

Experiências didáticas em torno da organização curricular por âmbito estão relatadas na segunda parte do livro com práticas em torno das temáticas: gênero, impacto humano na terra, arqueologia, patrimônio, pré-história, primeiras civilizações, metodologia de projetos, dentre outros.

O primeiro capítulo denominado "*O ensino da paisagem na educação infantil mediante estímulos*" escrito por Madeline Croonenberghs Moll, retrata uma proposta didática referente ao ensino de paisagem mediante estímulos, desenvolvida no segundo ciclo da educação infantil. A autora destaca o caráter multidisciplinar do conceito de paisagem, a identificação desta com a percepção (desenvolvida com observação, categorização e atribuição de significado), e a análise deste conceito como a representação social. A estratégia didática partiu de questões para diagnóstico de conhecimento prévio, desenho da paisagem, e reconhecimento de texturas de aspectos naturais do entorno (folhas e troncos), sendo está a que maior satisfação deu as crianças. A conclusão da autora foi que é possível ensinar paisagem mediante estímulos, com tarefas de observação e percepção de paisagem cotidiana.

No capítulo 2, intitulado *“Um olhar construtivo para a realidade: os ODS na educação infantil - uma proposta de promoção da consciência sócio-ambiental”* da autora María Benavent Puig, detalha a sequência didática denominada *“Atuamos no presente, pensando no futuro”*, cujo objetivo foi educar para valores sustentáveis, desenvolvida com alunos do terceiro ano da educação infantil. Para a autora, incluir os ODS na educação é um processo e não uma meta, na qual inclui aprendizagem baseada em problemas através da perspectiva construtivista. Para isso, ela desenvolveu uma plataforma interativa com sete missões interconectadas com conteúdo relativo à reciclagem, meios de transporte e ações para a construção de uma cidade sustentável. Ela percebeu notáveis diferenças entre os desenhos antes e depois da intervenção educativa. Conclui que houve uma transformação do pensamento dos alunos no sentido das ações que afetam o planeta e destaca a importância de começar na educação infantil abordagens com ações sustentáveis como forma de desenvolver o pensamento crítico dos alunos.

O capítulo 3 nomeado *“A formação inicial na graduação de educação primária: rumo à liderança docente com propostas de geografia, cidadania e sociedade”* dos autores Rocio Vila Soriano *et al.*, destaca a formação da liderança docente e a construção de modelo didático próprio do docente. Analisaram relatos, reflexões e propostas didáticas relativas a inovação educativa, com destaque a visão inicial dos alunos ao ingressar na graduação e as mudanças com as experiências práticas que os possibilitam forma-se professor. Os autores destacam as vantagens em se trabalhar com o projeto *“Nos propomos”*, como forma de relacionar teoria, prática, conjugação entre competência e habilidades para a formação da liderança do futuro docente e a proporcionar aprendizagem significativa por meio da resolução de problemas locais. Concluem que a formação docente é uma etapa importante de construção da identidade dos graduandos, e que a observação de problemas possibilita repensar o modelo educativo, a reforçar a liderança e o compromisso docente.

O capítulo 4, que traz o título *“Docente das ciências sociais como agentes de mudanças no século XXI”* do autor Pedro Reina Martín, faz uma análise crítica do fórum 28 do *“Geoforo Iberoamericano sobre educação geografia e sociedade”* e os marcos curriculares da Espanha em relação a formação do professor de ciências sociais. Quanto às leis, destaca que as reformas educativas estabelecem uma educação baseada em competências. Na segunda parte, analisou 88 contribuições sobre ensino e aprendizagem de ciências sociais, das quais verificou que as necessidades e objetivos são diferentes em

cada país. O autor conclui que as normativas dão um caráter utilitarista da educação, enquanto o Geoforo destaca o protagonismo do professor.

O capítulo 5, denominado *“Professores pela soberania alimentar: como podem os professores tornar-se agentes de mudança ao incorporar a soberania alimentar nas salas de aula?”* escrito por Anna Muñoz Gil, aborda o papel da educação em relação a soberania alimentar com perspectiva de gênero. Destaca princípios pedagógicos que se assenta a justiça alimentar: o capitalismo com o meio de produção e consumo; descolonizar o imaginário coletivo (visão androcêntrica e eurocêntrica); promover o diálogo de saberes; trabalhar a favor da inclusão, democracia, direitos humanos; ultrapassar a compartimentação disciplinar; fortalecer o papel dos agentes educativos em torno de problemas relevantes; dialogar com outras organizações; promover direitos e empoderamentos individuais e coletivos. Apresenta materiais para uso em sala de aula e conclui que a educação é a ferramenta de transformação social e os professores, agentes de mudança que podem facilitar a sensibilização, pensamento crítico e ação política.

O capítulo 6, chamado *“O professor como agente de mudanças nas hortas escolares”* de Juan Ramón Durá Ballester, detalha a importância das hortas escolares como um exemplo de projeto escolar, na qual destaca os benefícios de uma aprendizagem multissensorial no trabalho ao ar livre com os alunos. Destaca que a horta é um recurso educativo poderoso de experimentação, observação que liga conhecimento ao meio físico, a qual despertou a curiosidade e a motivação dos alunos. Conclui que com a horta é possível discutir: degradação, biodiversidade, alimentação saudável, culturas sazonais, hábitos alimentares, mercado local, patrimônio cultural, tomada de decisões frente ao consumo e interação com o meio físico.

O capítulo 7, nomeado *“Recursos e experiências na sustentabilidade e saúde ambiental em um centro de educação secundária”* de Nuria Álvaro Mora, enfatiza a importância de trabalhar de forma interrelacionada o meio ambiente e a saúde. Apresenta experiências didáticas no ensino médio para fomentar competências na saúde ambiental (saber identificar o problema a tratar; saber fazer; saber ser e estar para gerar compromissos para prevenção dos problemas) e o trabalho com as ODS. Para isso, fomentou reflexões baseada em problemas (elaboração de um quadro com causas, consequências e soluções) em questões da atmosfera, hidrosfera, geosfera, biosfera; elaboração de um vídeo para retratar ações saudáveis e saúde. Conclui que a abordagem com problemas e implicações para a saúde contribuiu para o fomento de competências e abordagem holística da problemática ambiental.

O capítulo 8, intitulado *“A reflexão docente como ponte para a mudança educativa: desafios e obstáculos para abordar a consciência geográfica em sala de aula”* de Evelyn Vivian Ortega Rocha, apresenta as reflexões pedagógicas de um grupo de professores chilenos sobre os desafios para a formação da consciência geográfica crítica em sala de aula. A pesquisa verificou o que, por que e como se ensina, com o intuito de conduzir a uma melhora da prática. A autora evidenciou o uso de perspectivas memorísticas; formas de aprendizagem enraizada na cultura escolar; pressão administrativa de “passar a matéria” e obter resultados em provas padronizadas externas; excessiva carga horária e quantidade de aluno por sala; falta de tempo de preparação; frustração docente com indisciplina e mudanças no currículo. Conclui que compartilhar experiências significativas de reflexão pode servir de espelho para analisar outras realidades.

Por conseguinte, na segunda parte as discussões são relativas ao currículo. Inicia com o capítulo 9, que traz o título *“A organização do currículo em âmbito. Um desafio profissional”* de José Ignacio Madalena Calvo, que detalha como foram as mudanças no currículo do 1º ano da ESO em termos de planejamento, organização das disciplinas, dificuldades e elaboração de material específico. Conclui que há o desafio de passar da base disciplinar para abordagem global; que deve articular temas socialmente relevantes como o de desenvolvimento sustentável com propostas integradoras; que a formação específica é fundamental e que a inovação tem como condição a criação de um contexto e cultura necessária para favorecer a colaboração dos professores.

O capítulo 10 denominado *“A co-docência no âmbito sociolinguístico de 1º ESO: repensando a educação, iniciando a mudança”* de Andrés Álvarez *et al.*, retrata a experiência docente desenvolvida na implantação curricular por âmbito. Neste, os conteúdos foram organizados em 3 unidades didáticas trimestrais. Os autores consideram que a co-docência permitiu: ao professor conhecer melhor o que ocorre na sala de aula, maior êxito devido as adaptações possíveis, melhorar a inclusão, favoreceu a participação ativa dos alunos, maior atenção, gerenciamento das situações problemáticas, facilitou a autonomia do aluno, diversificou o intercâmbio de conhecimento entre os professores, desenvolveu um pensamento mais globalizado do aluno, fomentou trabalho cooperativo, melhorou o trabalho docente, gerou crescimento, desenvolveu habilidades sociais e interação entre diferentes docentes.

O capítulo 11, nomeado *“Possibilidades de uma tela em branco: áreas e projetos”*, dos autores Odiel Galán Olcina e Sara Fita Esteve, descreve as experiências didáticas por meio de projetos desenvolvidos no campo sociolinguístico e com abordagem de gênero.

No primeiro caso foi desenvolvido no 1º ano da ESO um projeto trimestral, com atividades interdisciplinares, conduzidos por geografia e história, e com disciplinas de línguas como apoio. O objeto de análise foi o impacto humano na terra, começando com a relação homem e natureza, posteriormente desertificação, e no terceiro trimestre a civilização grega e romana. O projeto relativo à igualdade de gênero teve como objetivo tornar visíveis algumas mulheres silenciadas nos livros didáticos, para isso montaram um banco de dados com as mulheres com maior destaque na história. Ambos os projetos foram pautados em competências em decorrência das normativas curriculares estabelecidas, e considerando os ODS. Concluíram que a adaptação curricular com projetos interdisciplinares permitiu uma visão transformadora.

O capítulo 12, intitulado *“A importância da ação tutorial nos centros educativos de compensação educativa. O professor como agente de mudança: O projeto Bloemen”* escrito por Laura Laborda Martínez e Mar Alcalá Mellado, retrata o desenvolvimento do referido projeto em uma escola localizada em um bairro com famílias em situações precárias (marginalidade, desemprego, ilegalidade), com alunas do 2º ano da ESO que apresentavam intenção de abandonar a escola. As autoras buscaram motivar as alunas a permanecer na escola em busca de um futuro laboral, para isso reduziu-se o número de professores para aproximação com as alunas, trabalhou-se por âmbito e com professores tutores. O projeto centrou-se no funcionamento de um posto de venda de flores no qual desenvolveu-se as matérias por âmbito. As autoras detalharam os vínculos e a criação de uma identidade entre o grupo, a importância de considerar a realidade distinta destas alunas para, a partir disso, estabelecer laços e trabalhar dentro das possibilidades delas, as dificuldades enfrentadas e apoio da instituição no desenvolvimento do projeto.

O capítulo 13 denominado *“Os docentes de ciências sociais diante dos históricos conflitantes: um estudo de caso”* da autora Alba María Boix Vicente, apresenta os resultados da dissertação de mestrado centrada na didática de história com a perspectiva de gênero. A autora analisou uma jovem professora por meio da realização de uma entrevista semiestruturada com 20 perguntas. Na análise dos dados, destaca as concepções acerca das finalidades da história ensinada, dos temas históricos conflitantes, da temática de gênero e didática empregada. Conclui que a professora entrevistada é crítica, possui interesse para mudar os enfoques que é dado em relação a gênero, porém a abordagem na sala de aula foi pontual e superficial.

O capítulo 14, nomeado *“O ensino do imperialismo desde a inclusão, o pensamento crítico e o conhecimento integral”* escrito por Sara Armero Hernández, aborda sua experiência prática realizada durante o mestrado com uma turma de alunos

com dificuldade de aprendizagem por meio do âmbito sociolinguístico no ensino do imperialismo. A autora observou que os alunos não sabiam sobre as consequências negativas que as políticas imperialistas tiveram nos territórios submetidos. Em vista disso, trabalhou com problemas socialmente relevantes, com uma série de atividades entre elas a confecção de um artigo de opinião relacionado o imperialismo e suas consequências. Conclui que é preciso diversificar o ensino para que seja inclusivo, educar os alunos para trabalho coletivo, conectar o aluno ao passado e com o presente para promover o espírito crítico.

O capítulo 15, chamado *“Arqueologia e patrimônio como território interdisciplinar para a inovação no trabalho por âmbito, 1º Eso do IEs Malilla (Valência)”*, de Paula Jardón Giner, contextualiza a proposta de integração curricular por âmbitos no 1º da ESO e apresenta os resultados do projeto sobre patrimônio e arqueologia desenvolvido em uma escola de Valencia. No âmbito sociolinguístico, optaram em tomar como eixo os conteúdos das Ciências sociais, desenvolver as línguas e relacionar com os conteúdos literários. O projeto foi desenvolvido de forma colaborativa entre os professores que fazem parte do Grupo Gea-Clío da Universidade de Valência, que pesquisam a didática das ciências sociais e os professores da referida escola. As atividades ocorreram com: perguntas aos professores universitários, visita guiada a universidade, exposição dos trabalhos dos alunos (visita dos mestrados) e mesa redonda virtual. A autora concluiu que a interação foi positiva e que é necessário trabalhar inovação na teoria e prática.

O capítulo 16, intitulado *“O ensino nas aulas de história do 2º do bachillerato: professor, manuais, apontamentos e trabalho do aluno. Estudo exploratório. O que podemos aprender?”* de Nicolás Martínez Valcárcel *et al.*, relata a pesquisa desenvolvida com o intuito de conhecer a aprendizagem dos alunos com uso do material didático disponível sobre o período histórico denominado *“As cortes de Cádiz”*. Os referentes básicos foram os documentos originais trabalhos por professor e aluno. Para isso, analisaram os apontamentos e esquemas do professor e a atividade desenvolvida pela aluna participante. Concluíram a existência de análises e inferências da estudante, a dependência do professor com o livro em decorrência da inexperiência e a preocupação com a compreensão dos conteúdos.

Por fim, destacamos que o livro traz importantes reflexões em relação a didática de geografia, história e ciências sociais. Os autores buscaram demonstrar que é necessário problematizar os conteúdos com temáticas relevantes, desenvolver a consciência ambiental em decorrência dos problemas sociais e ambientais tendo como foco a sustentabilidade, as vantagens de se trabalhar com projetos interdisciplinares, a

necessidade de inovação metodológica para motivar e dar sentido ao processo de aprendizagem. Tais discussões nos remetem a questionar as abordagens e metodologias didática, os enfoques dados aos conteúdos e aos objetivos do ensino escolar para a formação crítica do aluno.

Recebido em 23 de abril de 2024.

Aceito para publicação em 27 de abril de 2025.

